

OS GUAICURU-KADIWÉU E A SOCIEDADE SUL-MATO-GROSSENSE, BRASIL: ICONOGRAFIA, MITO E APROPRIAÇÕES

The Guaicuru-Kadiwéu Indian and the society in Mato Grosso do Sul, Brazil: iconography, myth and appropriations

Los Guaicuru-Kadiwéu y la sociedad sul-mato-grossense, Brasil: iconografía, mito y apropiaciones

João Carlos de SOUZA
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
✉ joaosouza@ufgd.edu.br

Fecha de recepción: 01 de junio de 2019

Fecha de aceptación: 01 de julio de 2019

Resumo A aquarela de J. B. Debret, a *Carga da Cavalaria Guaicuru*, desde sua publicação em 1834, recebeu diferentes investimentos de sentidos, de arte para deleite e fruição a símbolo de resistência guerreira e de identidade para os sul-mato-grossenses, ao final do século XX. O objeto dessa reflexão é apreender a dinâmica e historicidade desse processo de apropriações, que transformou o índio cavaleiro em mito. A aquarela inspirou reproduções ressignificadas de seu todo, como também uma operação de deslocamento do *Cavaleiro Guaicuru*, extraído do primeiro plano da obra, para a forma solitária em seu cavalo, gerando representações em monumento e estátuas. O que reforça a percepção da dinâmica das imagens. Em seus sombreamentos, a sociedade não escapa ao confronto com suas contradições, ao se deparar com o Guaicuru-Kadiwéu vivo, reivindicando direitos sobre seu território.

Palavras chave: Guaicuru; Kadiwéu; iconografia; apropriações; mito.

Abstract The aquarelle of J. B. Debret, titled *Guaicuru Cavalry Charge*, since its publication in 1834 received different meanings, from art for treat and fruition to symbol of warrior resistance and identity for people in Mato Grosso do Sul State at the end of 20th century. The subject of this reflection is to catch the dynamic and historicity of this apprehension process that turned the Indian Knight on myth. The aquarelle inspired ressignified reproductions in its whole as well in change of plans with the displacement of the Indian Knight from the first plan to the back generating the solitary horse used in monuments and statues, reinforcing the perception of the dynamics of the images. In its shadows, the society doesn't escape from the confront of its contradictions facing the living Guaicuru-Kadiwéu with their claim of rights over the land.

Keywords: Guaicuru; Kadiwéu; iconography; appropriations; myth.

Resumen La acuarela de J. B. Debret llamada *Carga de Caballería Guaicuru* desde su publicación en 1834 ha recibido distintas inversiones de sentidos, desde arte para el gozo y frucción hasta símbolo de resistencia guerrera y identidad para los habitantes de Mato Grosso do Sul en finales del siglo XX. El objeto de esta reflexión está en captar la dinámica e historicidad de ese proceso de apropiaciones que ha convertido al indio caballero en mito. La acuarela ha inspirado reproducciones ressignificadas de su todo, pero también mediante una operación de desplazamiento del caballero Guaicuru que sale del primero plano de la obra para dar lugar a la forma solitaria del caballo, generando representaciones en monumentos y estatuas, hecho que refuerza la percepción dinámica de las imágenes. En sus sombreadores la sociedad no escapa del enfrentamiento con sus contradicciones al depararse con el Guaicuru-Kadiwéu vivo, reivindicando sus derechos sobre su territorio.

Palabras clave: Guaicurus; Kadiwéu; iconografía; apropiaciones; mito.

I. Introdução

Para começar, um monumento! Uma estátua equestre domina a ilha do lago do Parque das Nações Indígenas em Campo Grande, MS. Guaicurus e não índios: quem se apropria de quem? Um cavalo em posição de partida, as duas patas dianteiras semidobradas no ar, a esquerda pouco à frente, e o apoio nas patas traseiras, simulam o movimento de disparada. A corrida, não é uma corrida qualquer, pois o animal é conduzido por um indígena montado a pelo agarrado à crina e numa posição estirada ao longo do flanco esquerdo do cavalo, assim quase fundido ao equino que lhe serve de escudo e proteção. Trata-se de uma ação, uma investida ou combate a algum inimigo ou caça, pois o indígena carrega na mão esquerda uma arma letal, uma lança com o comprimento do corpo do cavalo. Dessa forma, inspira ao espectador que se trata de uma posição de ataque, pela composição dinâmica que apresenta.



Figura n.º 1. Monumento do Cavaleiro Guaicuru

A estátua possui sete metros de comprimento por quatro de altura, dominando a paisagem. Chama imediatamente a atenção do espectador pelo tamanho. Vista de certos ângulos possui como pano de fundo a cidade. Prédios residências e comerciais, shopping, propagandas, luzes, avenidas. A obra é do escultor Anor Mendes Pereira Filho que a confeccionou em armação de ferro revestida de uma mistura de resina e pó de mármore, concluída em 2004.

O monumento é denominado «Cavaleiro Guaicuru». Por ocasião da inauguração, em 18 de junho de 2004, o então Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Marcio Portocarrero informou que o objetivo era dar ao Parque uma caracterização de Etnias Indígenas (*Dourados News*, 16 junho 2004). Sob esse aspecto, a fala do Secretário estava em sintonia com as aspirações do escultor ao mencionar que há muito queria realizar uma obra de representação de um indígena, no Parque, que em sua opinião, não possuía nenhuma que efetivamente o caracterizasse como tal, e sempre pensou no guerreiro Guaicuru. O convite do governo do estado veio coincidir com seu desejo, aceitou de imediato.

O Parque das Nações Indígenas, onde se encontra o monumento, possui especificidades próprias, abriga parte do córrego Prosa, espaço vinculado ao surgimento da cidade de Campo Grande em 1872. Situado em um fundo de vale na região leste da cidade, sua área corresponde a 119 hectares, criado por Decreto

em 1993¹. Trata-se seguramente de um dos maiores parques em perímetro urbano do país. O contexto do seu entorno também contribui com o entendimento de sua importância para a cidade, pois faz limite com a Unidade de Conservação Parque Estadual do Prosa – PEP, com 135 hectares² e do Parque dos Poderes, centro administrativo do governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

A área reserva ainda outra condição importante, nela se encontra um sítio arqueológico que revela ser um local de assentamento humano antigo, há dois mil anos. A descoberta ocorreu em 1996 e conforme o arqueólogo Gilson Martins, no local foi recolhido materiais como machados e pilões de pedra polida, ferramentas de pedra lascada e cacos de cerâmica (*O Estado do Pantanal* 27/03/2009).

A preocupação com a caracterização do Parque, ou seja, apresentar referências às diferentes etnias indígenas e suas culturas pode ser constatado através de várias ações e obras, presentes desde a implantação do projeto e posteriores intervenções pelos poderes públicos. Cada um dos acessos ao Parque, por exemplo, recebe o nome de uma etnia indígena: Kadiwéu, Terena, Guarani, Kaiowá, Nhandeva, Ofaié/Xavante. Além do monumento, há outros espaços de referência aos indígenas como o *Monumento aos Indígenas* (ou Monumento à Zarabatana) de doze metros de altura, feito em pedra, próximo à entrada principal; o *Museu das Culturas Dom Bosco - MCDB*³, também chamado pela população de museu do índio, uma construção de mil metros quadrados, possui 40 (quarenta) mil peças de diferentes áreas como paleontologia, arqueologia, mineralogia, etnografia, zoologia etc, uma coleção etnográfica de mais de 5 (cinco) mil peças de diferentes etnias indígenas, tais como: Xavantes, Bororos, Kadiwéus, Kaiowá-Guarani, Kinikinau, Terena.

Integrado aos espaços culturais, o Parque também garante à população uma grande área de lazer, apresenta aparelhos para atividades físicas, esportivas, pistas, quadras, gramados. Em razão da diversidade de atrações que oferece, se caracteriza como uma área de turismo, um cartão postal da cidade⁴. O mais ousado projeto que pretende valorizar essa dimensão é o Aquário do Pantanal, obra iniciada em 2011⁵. Projetado para abrigar 263 espécies e sete mil animais deverá oferecer informações sobre a biodiversidade do Pantanal e de outros ecossistemas brasileiros, incentivar o desenvolvimento de pesquisas e projetos científicos.

Quanto ao monumento equestre que ensejou esta reflexão, as leituras imediatas que o público pode fazer, nem sempre garantem que atendam às expectativas do artista, mesmo que uma placa ofereça algum protocolo de leitura. Em um vídeo disponível na internet por uma família de turistas, ao filmar o Parque e observar a estátua, a fala de quem filmava revela uma leitura literal do que via, ao chamar a atenção do seu grupo: «olhem uma estátua com um índio caído do cavalo.» A interpretação requer elementos culturais que permitam interações próximas das intenções do artista que o produziu, como do poder que o encomendou.

De fato, não é sem propósito a pergunta: o que efetivamente motivou a confecção desse monumento? Tratarei de alguns aspectos da trajetória da etnia representada no monumento e sua relação com os não índios. Partir da materialidade de estátuas, aquarelas, documentos, discursos na imprensa é necessário para compre-

¹ Decreto nº 7.082 de 26 de fevereiro 1993 (Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, ano XV, n. 3492, 1/3/1993, p 1) e Decreto nº 7.354 de 17 de agosto de 1993 (Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, ano XV, n. 3610, 18/8/1993, p 1).

² A Unidade foi elevada à categoria de Parque Estadual do Prosa (PEP) por meio do Decreto Estadual nº 10.783/2002 publicado em 21 de maio de 2002. <http://www.imasul.ms.gov.br/conservacao-ambiental/gestao-de-unidades-de-conservacao/unidades-de-conservacao-estaduais/parque-estadual-do-prosa-pep/> - acessado em 24/04/2018.

³ O museu foi fundado pela Missão Salesiana em 1951. Em 2003 foi realizado um convênio com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul de transferência para o Parque das Nações Indígenas, efetivado em 2009 com a inauguração do atual prédio que o abriga. <http://www.maracajunews.com.br/de-ideia-ousada-a-realidade-a-historia-do-parque-dos-poderes/> - acessado em 24/1/2019.

⁴ Vários trabalhos acadêmicos abordam o potencial turístico e de lazer do Parque. MELO, Marta R. S. et all. Parque das Nações Indígenas: área de interesse turístico, qualidade de vida e lazer na cidade de Campo Grande- MS. Revista de Turismo Contemporâneo - RTC, Natal, v.3, n.2, jul/dez. 2015. p. 299-317.

⁵ As obras não estavam concluídas em jan/2019. Sobre aspectos do projeto, consultar: <http://www.imasul.ms.gov.br/aquario-do-pantanal/>.

ender a sociedade. Percorrer a constituição de imagens, de mitos é uma das tarefas do historiador, que ao fazê-lo, desnaturaliza e historiciza sua existência no tempo. É um movimento que interroga: como pensar sua existência? Seu lugar?

II. Um breve panorama da trajetória dos Guaicuru

Os Guaicuru, entre tantos outros grupos⁶, viviam no *Gran Chaco*, região que compreendia o Paraguai, Bolívia e Argentina, totalizando uma área de aproximadamente 700.000 km², que se caracteriza topograficamente por ser uma planície. A sua própria denominação, Chaco, de origem Quíchua, significa campo de caça.

No território do *Gran Chaco* paraguaio - composto pela região leste e norte deste país até as margens ocidentais do rio Paraguai – viviam os Guaicurus antes da colonização espanhola. Caracterizavam-se por ser uma etnia de caçadores-coletores-pescadores, nômades, e mesmo enquanto pedestres realizavam constantes deslocamentos, mantendo certa mobilidade de território e não raro mantinham relações de hostilidade com os grupos vizinhos, em busca de subsistência. Mas faziam alianças, atuavam em comum com os índios canoeiros, Payaguá. Essas relações eram estratégicas na manutenção de certa hegemonia sobre as etnias agrícolas.

Os Guarani, horticultores, que viviam na zona do rio Paraguai, não tinham grande interesse nas terras pouco férteis do Chaco, mesmo assim os contatos foram hostis, eram temidos pelos Guaicuru pela fama de serem antropofágicos. Há indícios de que pouco antes da chegada dos colonizadores, as hostilidades entre os Guarani e os povos chaquenhos tenham chegado ao seu auge, o que também explica porque a maior influência sobre essas populações tenha sido a Arawake (SUSNIK Apud CARVALHO, 1998, p. 460).

Conforme Sílvia Carvalho, «Antes de entrarem em contato com os povos andinos, com os Arawak e com os Guarani, os povos do Chaco eram simples coletores nômades, caçadores e pescadores.» A autora conclui que o Chaco se caracterizava como uma zona de transição, onde as culturas dos povos das regiões da zona subandina, da planície amazônica e planície argentina se misturaram (CARVALHO, 1998, p. 460)⁷.

A presença castelhana teve início em 1516 com as expedições que partiam do atual litoral de Santa Catarina, pelo caminho terrestre conhecido por Peabiru, que era utilizado pelos índios, principalmente os Guarani. Os colonizadores acrescentaram intensidade à dinâmica de mobilidade entre as etnias, mesmo porque utilizaram de rivalidades existentes, quer para conquistarem territórios quer em sua defesa.

Há uma dinâmica própria de cada etnia no contato, enfrentamento e alianças com o colonizador e sobre esses processos, argumenta Astor Weber: «Os Mbyá-Guaicuru fazem parte de uma série de grupos que se defrontaram com os ibéricos. Todos os grupos indígenas possuem uma história singular no contato com os ibéricos. Alguns tiveram um contato mais ameno, outros definitivamente não acabaram sendo dizimados. Mas todos fizeram parte do processo histórico. Características socioculturais singulares, localização geográfica, período do encontro e confronto e outros fatores acabaram influenciando no curso do contato e modificando essas relações. Mesmo que alguns grupos indígenas não conseguiram obter sucesso na sua ação frente aos ibéricos e outros fossem dizimados, não lhes tirou a condição de sujeitos históricos do processo em curso. Houve uma ação, uma resposta, seja de qual natureza for dos grupos indígenas diante desse processo de dominação colonial impetrada pelos ibéricos» (WEBER, 2007: 55-56).

⁶ Apesar de correr o risco de simplificações, o foco recairá na etnia Guaicuru-Mbyá para compreender sua presença na região do Chaco e nos espaços do atual Mato Grosso do Sul.

⁷ O título do texto expressa bem essa ideia: Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural (CARVALHO, 1998, p. 457-474).

O autor ressalta sua perspectiva de abordagem na leitura e interpretação daquele momento e espaço de encruzilhada de povos, qual seja, as diferentes etnias participaram das disputas, conquistas e manutenção ou não de seus territórios, interagiram através de alianças, acordos e lutas, incorporaram diferentes valores, sofreram ou obtiveram hegemonias temporárias e quaisquer que tenham sido suas contingências, viveram na condição de sujeitos.

Para particularizar um caso, os Guaicuru eram os mais conhecidos pela sua ferocidade, embora os castelhanos enfrentassem resistência de várias etnias. Várias vilas e cidades foram atacadas pelos Guaicuru. Contudo, estes também tinham interesse em certos produtos. Do contato com os colonizadores, incorporaram ao seu cotidiano, dentre outras tantas coisas, armas e cavalos, que tiveram importante papel em sua forma de atuar em defesa de seus territórios. Conforme Erick Petscheliés, os Guaicuru incorporaram os cavalos a sua estrutura social e o utilizavam como meio de transporte e arma de guerra, contra os ibéricos e outros povos do Chaco. Foram os primeiros índios do continente a utilizá-los. Em função de suas incursões, ficaram conhecidos como «índios cavaleiros» (PETSCHELIÉS, 2013: 77).

Dessa forma, esses indígenas que já tinham o deslocamento como uma de suas características típica, ganharam mobilidade ainda maior, o que favoreceu suas atividades guerreiras na região de fronteira do rio Paraguai. Embora sem precisão, é possível datar que somente passaram a atuar na margem oriental do referido rio, em regiões que hoje pertencem ao território do estado do Mato Grosso do Sul, somente em meados do século XVII. Alguns autores estimam que o auge do domínio territorial dos Guaicuru ocorreu até o início do século XVIII (HERBERTS, 1998:72).

Um traço marcante dos Guaicuru era seu *ethos* guerreiro e o tipo de relação mantida com outras etnias e entre si. Faziam suas incursões não só para ampliar territórios, mas também garantir suprimentos agrícolas junto a povos agricultores, dentre os quais se destacavam os Guaná. As relações mantidas com diferentes etnias e entre si são abordadas pelas fontes coloniais e etnográficas como de «servidão», «escravidão». Os limites desses conceitos, diante da complexidade das relações estabelecidas pelos Guaicuru, são analisados pela antropóloga Gabriela Freire, que debate a insuficiência dos mesmos para o entendimento das relações complexas, e argumenta que interpretá-las nos moldes de feudal ou escravista é uma interpretação simplificadora e questionável (FREIRE, 2018).

Não é sem tempo, cabe aqui ainda uma explicação quanto ao etnônimo Guaicuru. Em primeiro lugar, não se trata de uma auto-referência. Surgiu de uma denominação externa ao grupo. Os Guarani que os denominavam assim, aplicavam a todos os povos chaquenos de *ethos* guerreiro. Herberts, tendo por referência Boggiani, explica que o termo em guarani significa «gente malvada e sarnenta»- (Gua - nativo; ai - malvado; curu - sarna, sucio). Outra consideração importante os Kadiwéu atualmente entendem o termo Guaicuru como pejorativo, traseiro cheio de sarnas e feridas, pois andavam muito a cavalo, conforme referências em Erick Petscheliés (2013, nota 5p). Os espanhóis, em suas incursões, para ajudar a conter a impetuosidade dessas etnias, tiveram nos Guarani aliados que acompanharam as expedições como guias e também auxiliavam nas expedições contra índios chaquenos.

Conforme comenta a historiadora Ana Herberts, durante muito tempo se fez uma distinção entre os Guaicuru (do sul- região de Assunção) e os Mbyá ou Eyiguayegi (ao norte, acima do rio Apa, alto Paraguai) como sendo dois grupos étnicos independentes, quando eles próprios se compreendiam da mesma etnia, como de fato passaram a ser reconhecidos (HERBERTS, 1998: 20-21)⁸.

⁸ A autora se fundamenta em vários estudiosos da região do *Chaco*, neste caso, principalmente em Branislav Susnik (1971,1974).

Além de uma cultura comum, com particularidades do meio, outro traço compartilhado importante, que reforça essa interpretação, era o emprego da mesma língua pelos Guaicuru-Mbya. Outras etnias que também a compartilhavam: Payaguá, Toba, Pilagá, Abipon e Mokoví. Os linguistas a definiram como família lingüística Gwaikuru e a consideraram um tronco lingüístico menor. (HERBERTS, 1998, p.22). Assim, a língua passou a ter a denominação geral de Guaicuru.

Em razão do exposto, os não-índios passaram a denominar aos Mbayá-Guaicurú simplesmente de Guaicurú, ou também Guaicurú-Mbayá. Quando são analisadas situações específicas dos Mbyá, que tiveram territórios na região setentrional do rio Paraguai, há autores que preferem a utilização de sua auto-referência Eyiguayegi⁹. Os Kadwéu, que descendem de um de seus subgrupos, possuem território no município de Porto Murtinho, MS.

A alcunha Guaicuru, portanto, sofreu várias ressignificações e apropriações. As operações lingüísticas têm seus mecanismos. Ao longo do tempo, uma denominação inicialmente negativa, como a do presente caso, pode ser apropriada positivamente para afirmação de elementos de identidade. Novas representações se constroem com o tema, e assim ocorrem outras apropriações. São representações que passaram por várias transformações.

A começar pela própria família lingüística, que ganhou a denominação geral de Guaicuru. Estamos, portanto, diante de um termo que possui uma polissemia. Assim, também, Guaicuru passou a ser associado e sinônimo de índios cavaleiros. Trata-se de uma apropriação positiva para afirmação de elementos de identidade. É nesse sentido que também houve formulação pela comunidade nacional. O monumento eqüestre objeto de análise é um testemunho dessa operação de apropriação de novos sentidos.

As apropriações e atribuição de novos sentidos têm relação direta com os processos de ocupação da região aqui tratada. Para tornar as disputas ainda mais acirradas, os luso brasileiros, os chamados bandeirantes vindos do litoral da banda oriental adentraram em direção ao rio Paraná visando o apresamento de índios, principalmente no século XVII. O avanço para a bacia do alto Paraguai levou à descoberta de ouro aluvial no início do século XVIII, na região de Cuiabá.

Ocorreu, portanto, nos séculos XVII e XVIII duas frentes de colonizadores ibéricos, que fizeram pressão sobre os indígenas: os espanhóis na frente meridional e, vindos do leste, a presença dos luso-brasileiros. Essa situação envolveu confrontos com os indígenas e eventuais alianças com os conquistadores, tornando a região foco de conflitos entre ibéricos, indígenas e não índios, e de etnias indígenas entre si. Nesse amálgama de disputas, em meados do século XVIII, as fronteiras entre os dois impérios coloniais foram objeto de redefinições, de novos tratados pelas duas metrópoles européias, que culminou com o tratado de Santo Ildefonso em 1777. Diferentes etnias tiveram participação na garantia das fronteiras¹⁰ (FERREIRA, 2009, p. 109).

Os Guaicuru aliados aos Payaguá enfrentaram os lusos brasileiros ao longo do século XVIII, nas regiões do rio Taquari e rio Paraguai. Quando em 1791 houve um tratado com a Coroa Portuguesa, os Guaicuru passaram a defender a fronteira. O que não significa que deixou de existir confrontos (WEBER, 2007, p. 59, 62).

⁹ É o caso da antropóloga Gabriela Freire (2018) que já no título de sua dissertação emprega: Distinções eyiguayegi. Há ainda autores que utilizam: Guaicurú-Mbayá-Eyiguayegi.

¹⁰ A hegemonia Guaicuru, na região setentrional do Rio Paraguai, começa a se desfazer ao final do séc. XVIII. Para um aprofundamento sobre o tema, consultar (FERREIRA, 2009).

III. A apreensão dos índios cavaleiros por Debret

É nesse contexto de consolidação das fronteiras, que os Guaicuru foram representados pelo artista francês Jean Baptiste Debret, quando se iniciava a segunda década do recém formado estado nacional brasileiro, em 1834. Já é tempo de olhar, de fruição da aquarela produzida por Debret: a *Carga da Cavalaria Guaicuru*, que apresenta indígenas em ação, em ataque no campo de batalha.



Figura n. ° 2. Aquarela de J. B. Debret, a *Carga da Cavalaria Guaicuru*. Publicação em 1834

O pesquisador português Luís Lima ensina que se pode ler a imagem basicamente de duas perspectivas: a primeira, tendo por base o pensamento e as sensações, se encontra a imagem sensorial e apreciativa; a segunda, através do significado da percepção, ou seja, da semiótica, se encontra a imagem signíca e perceptiva. De um lado são construídas as sensações, através da apreciação, do medo, alegria, calma, angústia, horror, tristezas, calor, repúdio, êxtase, agitação, atração, frio, tesura... e do outro lado o significado, através da percepção, forma, símbolo, índice, linha, curva, geometria, cor, perspectiva, dimensão, profundidade, plano, movimento, espaço... (TODA, 2013, p 91).

O primeiro olhar sobre a aquarela de Debret recai sobre uma tropa de cavalos e seus cavaleiros. Um cavalo preto se destaca na dianteira, tomando o primeiro plano da tela. Um guerreiro Guaicuru o conduz, estendido no flanco esquerdo do corpo do animal, como que colado a ele sob uma manta de pele de onça. Para obter essa posição, o cavaleiro segura na crina do cavalo com uma das mãos, sobre o seu dorso passa a perna esquerda e a direita fica apoiada numa espécie de estribo na altura da barriga do animal, sendo que na mão direita carrega uma lança, do comprimento do cavalo, arma letal, mas que possui alguns adereços. No segundo plano, vários outros indígenas cavaleiros igualmente conduzem seus cavalos, assim como há cavalos

não montados¹¹. No conjunto formam uma tropa alinhada. Os guerreiros, seminus, vestem um tipo de saiote amarelo e apresentam nas costas, braços e pernas pinturas em cores vivas em forma geométricas, cujo cromatismo contrasta com as cores predominantes dos cavalos pretos e marrons. A posição que conduzem os cavalos em disparada requerer extrema habilidade e força, mas se tem a impressão de o fazerem com certa leveza, facilidade, por disporem de musculatura definida. Os equinos, cujas crinas esvoaçam no ar, olhos vivos, narinas dilatadas e boca aberta deixando entrever os dentes, transmitem que estão submetidos a grande esforço. Uma cena de pleno movimento. O que se remete aos olhos é um momento de pura ação, velocidade, rapidez, urgência em direção a um destino, um alvo, um motivo para pressa. A intensidade está nos movimentos, na simbiose dos corpos, cavalos e cavaleiros.

A cena da tropa dos cavalos galopando contrasta ao fundo com uma paisagem de céu com nuvens brancas e uma serra com várias picos e escarpa até se perder em certo nevoeiro no ponto de fuga a partir do qual continua a serra (à direita da tela), desta feita num plano mais próximo, onde surgem picos, escarpados de pedra até a formação de uma encosta íngreme onde se vê mata, árvores, palmeiras e vegetação variada. Ao sopé da encosta há o desenrolar de uma batalha, cavaleiros montados nas garupas de seus cavalos, brandindo suas armas. Uma nuvem que se forma a partir do chão, acoberta parcialmente a batalha, mas deixa entrever alguns vultos, denotando que esta é acirrada, corroborada por cavalo caído ao chão. A estrada de terra, por onde trota a tropa de cavalos, desemboca nesta luta.

Esse conjunto de imagens diversificadas e contrastantes nos permite formar uma imagem do todo. A tropa de guerreiros chega a pleno desenvolvimento da batalha e atropelam a estrada em direção à luta. A disparada dos cavalos poderia ser apenas uma corrida em disputa, mas os elementos da batalha em andamento, impõe a urgência e a dramaticidade ao deslocamento dos guerreiros. A serra que constitui a cena e restringe o campo de ação, faz delinear como única possibilidade, a luta. Destemidos, se dirigem para a batalha que se desenvolve parcialmente em meio à nuvem provocada pelo embate e revela o quanto é intensa. Priorizei nessa leitura os aspectos sensoriais, sem a preocupação de uma abordagem sistemática da leitura semiótica, pois o interesse é desenvolver as dimensões de como a imagem circulou em diferentes momentos, operando novos significados. Aos historiadores diante de acervos iconográficos, cabe o gesto inicial de compreender quem as produziu, o contexto, a técnica Peter Burke (2004, p. 45).

Quanto a aquarela de Debret, os cavalos e cavaleiros apresentam em seus movimentos musculaturas bem constituídas e definidas, o que revela que são talhados para a arte que praticam, a da guerra. Lembram clássicos guerreiros gregos. Para os índios que até então eram considerados silvícolas, sem cultura e civilização, trata-se de uma representação que superava até então os tons dos discursos dominantes colonizadores. Pode ser considerado um reconhecimento das qualidades destes pelos não índios. Importante registrar que pouco tempo antes da feitura dessa obra em 1834, os Guaicuru eram conhecidos e tratados como inimigos pelos portugueses na disputa com os espanhóis pelos territórios coloniais.

As produções de Jean B. Debret são enquadradas em linhas gerais como pertencentes à escola Neo-clássica, e teve como mestre David. O autor partilhava de ideologias da Revolução Francesa. Contudo, assimilou experiências na Itália, como também incorporou novas referências no contato direto com a sociedade do Rio de Janeiro. Por outro lado, há que se considerar o aspecto de que o autor não viajou para as regiões

¹¹ A técnica de guerra dos Mbayá consistia em reunir uma grande tropa de cavalos, sem cavaleiro, e os índios se misturavam aos últimos, montando no cavalo e deitando de lado, ficando parcialmente suspensos para usar livremente a lança ou a faca (DEBRET, 1834, p. 47; PETSCHLIES, 2013, p 78).

onde habitavam os Guaicuru, entre Porto Murtinho e a serra da Bodoquena, tendo os representado a partir de referências de terceiros. A aquarela em foco foi produzida em 1834, posterior ao seu retorno à França. O objetivo era o de compor álbum de deleite para a aristocracia européia.

Tal propósito era comum à época. O olhar de artistas sobre as etnias indígenas se fez a partir de indisfarçável etnocentrismo, ao qual também Debret não escapou. Sobre esse campo da visualidade, Ulpiano Menezes chama a atenção para a análise dos historiadores (2003, p.11-36). Ao representar os Guaicuru¹², assim como as demais etnias, o pintor revela traços etnocêntricos de distinção, os indígenas considerados civilizados são representados vestidos, enquanto os tidos por bárbaros, aparecem nus (PEREIRA, 2008; FREIRE, 2018).

As interpretações das imagens envolvem também uma série de aspectos dos contextos de produção e circulação das mesmas. Há as que, inclusive, requer uma espécie de arqueologia, escavar as camadas do tempo, do presente ao passado e vice-versa, para identificar a circulação das mesmas e os efeitos provocados nas diferentes sociedades. Aprender seus novos usos, os mitos que forjam e que não são estáticos, as novas formas de ação e reflexão que provocam, que novas imagens suscitam sobre o universo social em que esteja circulando (MENEZES, 2003). Assim, das páginas dos livros do início do século XIX, como objeto de fruição, aproximadamente 150 anos depois, a aquarela saltará para novos suportes, visibilidades e ressignificações.

IV. Mito e Ressignificações pelos não índios: tentativas de construção de identidade para o MS

A história das relações inter-étnicas tem uma dinâmica cujo sentido se altera dependendo do movimento dos diferentes grupos na sociedade, pode ser interpretada como um campo de possibilidades. Assim, nos deparamos mais uma vez com os Guaicuru nas décadas finais do século XX, os não-índios investem novos sentidos ao índios cavaleiros os tratam como mito em nova ressignificação e apropriação.

V. A criação do MS e o Movimento de cultura Guaicuru

A criação do estado do Mato Grosso do Sul em 1977, ocorreu em plena ditadura civil-militar, durante o governo Ernesto Geisel. Embora ao longo da história do Mato Grosso no período republicano, houve vários movimentos separatistas, não era o caso naquela década. A comunidade foi surpreendida com a notícia. (Cimó, Marisa Bitar).

Ato contínuo, ao anúncio da criação da nova unidade federativa, se desencadeou uma série de discussão e especulações em torno da definição do nome do estado, da cidade que seria a capital, do governador, que foram repercutidos nos órgãos da imprensa daquele momento. O fato é que as decisões foram implantadas de forma centralizada, como era comum naquele período e regime. Assim foi definido o nome, estado do Mato Grosso do Sul, a capital, Campo Grande. A implantação da administração teve início em 1979. Contudo, faltava ainda o que se tornou objeto de disputas nas décadas subsequentes, como bem apreendeu Ziliani a «necessidade da sua fundação imaginária» (2000, p. 61).

O artista plástico Henrique Spengler, por exemplo, passou a discutir a necessidade de uma identidade com a qual os sul-mato-grossenses se identificassem. Spengler se colocava a pergunta: *Quem, afinal, é o homem sul-mato-grossense?* (SPENGLER, 1996, p. 16).

Reuniu em torno de suas argumentações um grupo de jovens artistas, intelectuais que passou a debater e produzir obras direcionadas a provocar reflexões e propostas de uma identidade para o novo estado. A revista *MS Cultura*, a partir de uma entrevista com Spengler, aponta para a conclusão a que chegaram:

¹² Debret pintou outras três aquarelas tendo por tema os Guaicuru.

Entendendo que, se a gente quer descobrir a identidade é só fazer um retrospecto histórico e depois voltar acompanhando o processo de transformações, Henrique junto a outros amigos, começou a se empenhar nessa pesquisa, chegando até os Guaicurus, que foram a primeira unidade organizada com abrangência territorial que compreende o Mato Grosso do Sul. E ele passou a ser o referencial. A continuidade do trabalho de resgate desses valores funcionou como movimento cultural, dando origem à Unidade Guaicuru, da qual ele é o presidente (*MS Cultura*, Apud ZILIANI, 2000, p 63).

O Movimento Cultural Guaicuru foi criado em 1981, defendeu a mudança de nome do estado para Estado Guaicuru¹³. Para os artistas desse movimento, a sociedade deveria se inspirar nos Guaicuru, tê-los por referência. Ressaltavam dessa etnia suas habilidades guerreiras, sua força, a destreza com os cavalos, sua resistência em defesa de seus territórios (ZILIANI, 2000, p 62-63).

Essa visão do grupo e particularmente o posicionamento de Spengler foi criticada pelo pesquisador Gilberto Luis Alves. Mesmo que *a posteriori*, o Movimento Guaicuru somou-se ao coro justificador da divisão e ao reconhecimento da peculiaridade cultural da nova unidade federada. Não importa se consciente ou inconscientemente, esse movimento realizou, então, uma operação ideológica de retorno ao passado, para buscar as matrizes mais longínquas dessa peculiaridade. Pensou tê-las encontrado na etnia guaicuru e realizou a sua apologia (ALVES, 2014, p. 15).

Nesse mesmo diapasão, o autor conclui sua crítica: «Trata-se de um posicionamento ideológico... Nunca esteve em jogo, efetivamente, a preservação da *cultura guaicuru* ou da *identidade guaicuru*’, mas, sim, a produção de um mito (...)». Note-se que o autor argumenta que o Movimento apresentava um posicionamento ideológico, que não encontra sustentação histórica (ALVES, 2014, p.13).

A função do mito para Alves, está explicitada em uma epígrafe no início do seu texto: «É próprio da imaginação histórica edificar mitos que, muitas vezes, ajudam a compreender antes o tempo que os forjou do que o universo remoto para o qual foram inventados.» (BOSI, 1992 Apud ALVES, 2014, p 11).

De fato, cabe ao historiador compreender o tempo no qual se forja o mito e, mais do que isso, que o mito não se destina à compreensão de um universo remoto, mas ao próprio tempo que o forjou. Então, há muito mais a ser explicado sobre o mito, suas funções numa determinada sociedade, como é pensado, comunicado, vivenciado, ressignificado e os efeitos que desencadeia enquanto mediador nas interações de diferentes segmentos sociais. O mito pode ser tratado numa perspectiva mais ampla, conforme propõe Barthes:

Cada objeto do mundo pode passar de uma existência fechada, muda, a um estado oral, aberto à apropriação da sociedade, pois nenhuma lei, natural ou não, pode impedir-nos de falar das coisas. (...) as «coisas» podem ser adaptadas a um certo consumo, investida de complacências literárias, de revoltas, de imagens, em suma de um uso social que se acrescenta à pura matéria (BARTHES, 1985: 131-132).

A dinâmica que apreendemos em relação à identidade do sul-mato-grossense, é exatamente a identificada por Barthes. A manutenção do nome do estado deixou em aberto a questão da identidade e as referências aos Guaicuru. Imagens são sempre evocadas nesses momentos, a escolhida como referência foi a *Carga da cavalaria Guaicuru*, de Debret. Não é desproposital falar em imagem mito. A propósito, isso de novo nos leva a 2004.

¹³ Sobre a proposta de alterar o nome do estado, o movimento não foi o primeiro nem o único a sugerir especificamente essa denominação de Estado Guaicuru. Logo após o anúncio da criação do estado, os membros da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, não só haviam proposto o referido nome, mas inclusive sugeriram um apelido para os sul-mato-grossense, o do autóctone Guaicuru (BASTOS APUD ZILIANI p 61-62).

VI. Um novo nome para o estado e o mito Guaicuru perdura

Corroborando com esse argumento, vale retomar a referência sobre o monumento equestre ao cavaleiro Guaicuru, com o qual se iniciou esta análise. Encomendada pelo governo do estado e inaugurada em 2004, seu escultor Anor Mendes se inspirou na Aquarela de Debret. Essa iniciativa do governo José Orcírio Miranda dos Santos, conhecido como Zeca do PT, não se tratava de uma ação isolada, possuía uma política de afirmação de identidade. O governador, logo no primeiro ano de seu mandato, oficializou em abril de 1999, uma proposta de alteração do nome do estado para *Estado do Pantanal*, com a justificativa de que após 20 anos de existência, o Mato Grosso do Sul era ainda um nome confundido com o de Mato Grosso (*Correio do Estado*, Apud ZILIANI, p 89).

As reações à proposta foram as mais variadas, debates surgiram em diferentes espaços sociais, veiculados pelas mídias. Argumentos de que as demais regiões do estado não se identificavam com o Pantanal, que havia outras etnias indígenas, que o problema não era a falta de identidade, mas de divulgação do estado e alegações inclusive econômicas como o custo de trocar toda documentação. As reflexões e questionamentos sobre o que era ser ou não sul-mato-grossense, também vieram a foco. Pesquisas de opinião indicaram que a maioria da população não era favorável à mudança. O governo então passou para a estratégia de utilizar a denominação Estado do Pantanal como marketing, como referência de divulgação dessa marca, com cartazes, vídeos.

Paralelamente à questão do nome do estado, o governo atuou em outro campo, ativando a referência aos Guaicurus. Ao propor reorientação curricular nas escolas, a Secretaria de Educação do governo Zeca criou o programa *Escola Guaicuru*, que entre outros elementos pretendia destacar a capacidade de resistência do povo sul-mato-grossense. Buscou suporte na resistência indígena, particularmente nos Guaicuru, fundamentado num discurso de resgate de identidade. No texto de apresentação da proposta político educacional, consta:

(...) estava inspirado no desejo de se resgatar a história de resistência dos povos nativos do Estado, que lutaram bravamente para preservar seus sonhos de liberdade, representa o resultado de uma longa trajetória de trabalhos, experiências e projetos dos trabalhadores em educação que crêem e, por isso, resistem na defesa da escola pública (PROPOSTA EDUCAÇÃO Apud CATANANTE, 2008: 81).

Ao analisar a proposta do governo, a pesquisadora Catanante comenta o porquê da escolha do nome para o Programa, expõe as razões do governo, mas há uma ausência de crítica ao texto da proposta, sua linguagem só leva o leitor a supor que a autora corrobora essa leitura, tanto que afirma:

«A opção em denominar a proposta de educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul com a terminologia «guaicuru» está revestida de um sentimento de espiritualidade que expressa não só a história de uma nação, de um povo, mas pretende também resgatar e valorizar a identidade da população sul-mato-grossense, assim como reconhecer a história de luta que os educadores travaram em favor da escola pública» (CATANANTE, 2008: 81).

É na sequência do texto que se pode efetivamente concluir que a autora partilha da idéia, pois afirma: «Para conhecer e compreender o significado que a história dos povos guaicurus tem para os indígenas de Mato Grosso do Sul e o que esse termo representa para todos os sul-mato-grossenses demandou: pesquisar os trabalhos de (...)». (CATANANTE, 2008: 85). Passa então a listar alguns autores que consultou e em nenhum momento questiona essa eleição dos Guaicuru como símbolo.

Dois problemas podem ser assinalados, primeiro que a autora se propõe a conhecer e compreender o significado que a história dos povos guaicurus tem para os indígenas de Mato Grosso do Sul, situação que requeria ampla pesquisa junto às etnias e leva a supor que atribui uma homogeneidade que não existe, e mais, dimensão que efetivamente não aborda em seu texto. O que temos são as referências dos contatos inter-étnicos

destes com várias etnias cujas relações variaram muito no tempo, de aliados, inimigos, povos submetidos. A outra pretensão é compreender o que o termo representa para todos os sul-mato-grossenses. Pode ser mero deslize de linguagem, mas revela a concepção de uma homogeneidade que também não se verifica.

Para os produtores culturais e intelectuais de Mato Grosso do Sul, *guaicuru* é essência e símbolo histórico-cultural do povo do estado. É a configuração épica do homem nativo, consciente, guerreiro, lutador, resistente, autônomo, independente, que pioneiramente dominou de forma absoluta, sob a égide de Cavaleiro Guaicuru, o atual território de Mato Grosso do Sul. É a síntese referencial da identidade cultural do homem do povo, dos cidadãos do Estado de Mato Grosso do Sul, significando: *Mato Grosso do Sul - Estado de direito. Guaicuru – nosso estado de espírito*. Para a primeira geração de sul-mato-grossenses, *guaicuru* é identidade e consciência histórico-cultural do povo sul-mato-grossense (CATANANTE, 2008, p. 85).

É assim, portanto que um mito vai se naturalizando e passando a exercer aquela função de origem, e reforça certas imagens, inclusive com simplificações. Quer pelo governo como também por trabalhos acadêmicos, conforme mencionado.

No caso do caderno do Programa Escola Guaicuru, a aquarela de Debret é estampada na página, as menções são pouco esclarecedoras e a generalização não contribui para compreensão de sua utilização. A Proposta e a análise da autora são, portanto, um motivo para refletirmos sobre a circulação da imagem de Debret.

VII. A aquarela de Debret, uma imagem mito (Naturalizada)

O pintor Debret não poderia certamente imaginar que a aquarela pintada em 1834, para fazer parte de álbuns e deleitar a sociedade européia dos oitocentos, assumiria na passagem do século XX para o XXI, funções e sentidos como os relatados acima. Entendo que as imagens não são estáticas, como afirma Didi-Huberman, apesar, às vezes, do senso comum pressupor que sim. As imagens dialogam com os espectadores: pensa-se, também, com e por imagens. É o caso da aquarela mencionada, que continua suscitando novos sentidos quase dois séculos depois, antes sequer imaginados.

Os valores que se costuma associar a essa imagem dos índios cavaleiros: agilidade, destreza, destemor, valentia audácia acabam por assumir uma dimensão de mito. É a busca de um acontecimento em tempos imemoriais, de nascimento de um povo, de uma identidade, mas que se faz presente pela referida aquarela. Contudo, os Guaicuru ali representados, numa estética do ideal de corporeidade neoclássica, poderiam ter sido de qualquer outra etnia.

VIII. Conflito com os Kadiwéu/Mbayá/Guaicuru e a luta pelos seus territórios o herói vive.

A dimensão de evocação de mito dos índios cavaleiros e aquele repertório de valores sobre suas qualidades, ganham tintas e cores bem diferentes quando nos primeiros anos de 1980, batem à porta da sociedade os Kadiwéu/Mbayá/Guaicuru. A reivindicação era por demais conhecida. Respeito ao seu território! As invasões de não índios eram freqüentes e não davam sinais de arrefecer. As contradições afloram como o olho d'água cristalino de uma nascente borbulhante em meio às areias calcárias da região da bodoquena.

Transcorria o ano de 1983. Os conflitos dos Kadiwéu com invasores de sua Reserva Indígena datavam já de muito tempo e se intensificaram. Esse episódio, que inclusive foi retratado por jornais como uma guerra, pode ser mais bem apreendido em suas contradições considerando-se diferentes aspectos, como o tratamento que lhe dispensou a imprensa e o momento em que eclodiu: durante a implantação do novo

estado de Mato Grosso do Sul e quase simultaneamente ao lançamento do Movimento Guaicuru de Cultura, reivindicando a identidade Guaicuru para os sul-mato-grossenses.

O contexto desse confronto foi analisado por Aline Muller através da imprensa de Campo Grande, capital do novo estado. Ao decompor os textos dos jornais *Diário da Serra* e *Correio do Estado* para perceber o conteúdo ideológico subjacente, a autora identificou duas categorias de palavras, a) palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos, tais como: preguiçosos, imbecis, primitivo, selvagem, silvícolas e incapazes e b) palavras-chave que alteram a percepção do leitor, entre outras: guerra, guerrilha, abusos, posseiros (referindo-se a invasores), «armados até os dentes», intimidação. Recorreu a essa classificação para auxiliar na leitura do conteúdo ideológico subjacente aos textos. Constatou que os jornais exacerbaram a dimensão do conflito, aproximando-o de uma guerra. Concluiu também que havia evidências da manutenção de estereótipos que remetiam a um divisor étnico, por exemplo, ao utilizarem o termo silvícola aos Kadiwéu, como se estivessem apartados do ideal civilizatório. Além disso, os indígenas foram apresentados como os únicos culpados (MULLER, 2017, p. 280 – 283). A tentativa de desqualificar, principalmente com a pecha de não produtivos, tinha por objeto levar os leitores a concluir que os Kadiwéu não eram mercedores da área a que reivindicavam. A autora identifica e reflete sobre essas fronteiras sociais e como a sociedade cria modelos explicativos sobre as mesmas:

Estas fronteiras sociais foram erguidas sobre imaginários e representações pejorativas, muitas vezes sustentadas pelos meios de comunicação, como os jornais impressos. Esta formulação distorcida do outro persiste entre algumas parcelas da sociedade e talvez sua persistência esteja relacionada a uma «Ecologia da Ignorância», termo proposto por Rabinow (2007) para se referir à necessidade da sociedade criar explicações sobre fenômenos que não entende, criando estes modelos explicativos distorcidos para preencher os vazios na forma de ver o mundo (MULLER, 2017: 94).

Para iluminar o foco da temática, há que se considerar que os Kadiwéu são os principais remanescentes dos Guaicuru no Mato Grosso do Sul, a etnia a quem se atribuía o espírito dos sul-mato-grossenses. O silêncio das matérias jornalísticas sobre essa dimensão é mais do que revelador, quanto maior a tentativa de acobertar a questão, maior a sombra que se projeta sobre o tema, resultando em efeito contrário.

Outros aspectos, de dimensões culturais também cabem nessa reflexão. Gilberto Luis Alves, por exemplo, tece críticas ao movimento cultural Guaicuru, conforme já abordado, mas há que se ressaltar que desqualifica certos aspectos a partir de valoração moral. Por exemplo, lembra que os Guaicuru submetiam outros povos, escravizando-os sem, contudo, qualificar esse fator. A avaliação de hierarquia, servidão, nos moldes europeus é questionada por Gabriela Freire que utiliza a expressão da prática dos Guaicuru de preconceito às avessa, uma vez que era possível um processo de kadiweuização dos estrangeiros. Quanto ao infanticídio, explica pela participação das mulheres mais jovens na guerra e destaca a liderança das mulheres nobres (FREIRE, 2018). Esses dois elementos são tratados quase como um julgamento moral por Gilberto Alves, desqualificadores dos Guaicuru, como elementos negativos e suspeitos, impeditivos na constituição de identidade. Esses elementos de reflexão ajudam a pensar na complexidade das relações, suspeitar de simplificações e particularmente de dimensão moral.

Apesar de concordar com a crítica de Alves ao movimento cultural Guaicuru, de que muitas outras etnias viveram no atual território do Mato Grosso do Sul e poderiam ser igualmente enaltecidas, discordo das razões pois deixa de apresentar aspectos históricos. Nomina as qualidades dos Guarani como um contra-ponto. As duas etnias eram inimigas desde a época anterior a chegada dos hispânicos. Durante o período colonial, os Guarani foram empregados pelos hispânicos para combater os Guaicuru. Além disso, os Guaicuru

ru temiam os Guarani por serem antropofágicos. Contudo, houve também alianças pontuais entre as mesmas. Essas questões revelam que há disputas e setores na sociedade sul-mato-grossense que se identificam com esta ou aquela etnia. Assim, na música não são poucos que afirmam que a alma sul-mato-grossense é Guarani. (Gilmar Caetano). Enquanto, como já mencionamos, o movimento Guaicuru de cultura considerava a alma o espírito Guaicuru.

IX. O movimento de apropriações continua

O governo estadual e o movimento Guaicuru de cultura não obtiveram a almejada alteração do nome do estado para Pantanal ou Guaicuru respectivamente, contudo continuou a existir em vários setores da sociedade sul-mato-grossense diferentes iniciativas de utilização da imagem e referência aos Guacuru, que circulam em diversos espaços de forma resignificadas, o que demonstra que existe elementos de identificação com o índio cavaleiro.

Um dos exemplos é o 4º Batalhão de Cavalaria Mecanizada de Dourados que passou a ser denominada de *Brigada Guaicurus* em 1988. Quase dez anos depois lançou um boletim informativo com a denominação *O Guaicuru*, definindo Guaicuru como o índio cavaleiro que dominou a região norte do Rio Apa. Sintomático é que o boletim se auto-designa *Orgão Informativo do Território Guaicuru*. Seu editorial de julho de 1998, traz como título *A Tradição Guaicurus*. O texto corre assim:

Os registros da história justificam plenamente o orgulho que a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada sente em levar no seu estandarte o nome de primitivos guerreiros «brasileiros».

Os Guaicurus participaram ativamente das campanhas do Brasil-Colônia e do Brasil-Império, para a conquista e manutenção do território, ajudando os portugueses a defender o país dos castelhanos. (...) O domínio do cavalo exacerbava nos Guaicurus o espírito guerreiro e senboril. (...) O autóctone espírito de manter a integridade territorial e a letalidade das cargas de cavalaria guaicurus são vetores que atravessam a história e alinham-se harmonicamente com a missão e com a grande mobilidade e potência de fogo da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – BRIGADA GUAICURUS. (O GUAICURU, 1998, ano II, n.º 7, p. 65).

A valorização e enaltecimento do domínio do cavalo pelos Guaicuru se concretiza de outras formas na Brigada, que possui em frente ao prédio da Unidade uma estátua equestre do guerreiro Guaicuru, inspirada na aquarela de Debret. Na parede do prédio, em cada uma das extremidades, há também em alto relevo imagens estilizadas do índio cavaleiro, totalmente em preto.

Nomes de logradouros públicos, de ruas, avenidas e praças, vilas e bairros são recorrentes em vários municípios. Em Dourados é típica a Avenida Guaicuru, ao longo de seu trajeto há comércio com o nome, inclusive a 4ª Brigada já referida.

A imagem da carga da cavalaria de Debret circula até os dias atuais em diferentes espaços produzindo admiração e fruição e é constantemente resignificada. Mais do que isso, também tem sido veiculada por certos grupos e por diversos meios para funcionar como um dos elementos da identidade dos sul-mato-grossenses, assim como é corrente encontrá-la nos portais e sites de marketing para atrair turistas ao pantanal. É comum compor logomarca de empresas. Há nesse sentido uma apropriação que caminha na lógica comercial e individual, como apreendeu Klaus Hilbert (2010). Os valores enalticidos sob o ponto de vista da identidade é encampada pela lógica do empreendedor, arrojado, ágil, decidido. Assim, mesmo que não se utilize logo, muitos estabelecimentos comerciais, postos de combustível, mini-mercados, materiais de construção, farmácias, rádios apresentam a denominação Guaicuru. É importante nesse sentido lembrar que a flutuação da imagem ganha outras referências. No Rio Grande do Sul é utilizada para representar os índios da etnia Charrua, tam-

bém considerados índios cavaleiros, que viveram na parte setentrional do Prata e lutaram contra espanhóis e portugueses. Conforme constata Klaus Hilbert:

A aquarela publicada por Jean Baptiste Debret, que mostra um grupo de guerreiros Guaicurú, foi emprestada e retrabalhada por diversos designers e artistas contemporâneos. A imagem desses famosos e habilidosos cavaleiros aparece como logomarca de uma distribuidora de refrigerantes e água mineral, além de hotéis e restaurantes (HILBERT, 2010, p. 33).

O debate dessa temática está longe de se esgotar, a pretensão foi a de apontar alguns elementos históricos e os cuidados com a naturalização de referências. É possível afirmar que as imagens não são estáticas, que em várias situações podem se constituir em mitos, que os mitos servem para pensar a sociedade. Uma pergunta que sempre paira: quem somos? Os índios cavaleiros continuam percorrendo muitos caminhos, assim como a música carrega os sons guarani, a arte geométrica dos kadiwéu provocam encantamentos. E o desafio de não sucumbir à tentação de não reconhecimento da alteridade permanece para todos. Os processos históricos podem nos ajudar a entender os caminhos.

Considerando-se os elementos tratados até aqui, pode-se dizer que a aquarela do ataque dos índios cavaleiros, há muito adquiriu uma vida própria, certa independência do seu referente. Muito mais se aplica aos citados valores quanto à interpretação contemporânea, ou seja, do que significa para a sociedade não indígena a existência dos Kadiwéu, últimos remanescentes dos Guaicurú no Mato Grosso do Sul.

Dourados News, 16 junho 2004. (<http://www.douradosnews.com.br/noticias/monumento-cavaleiro-guaicurú-sera-inaugurado-sexta-feira-751ce4a4a32bc/197317/> - Acessado em 9/4/2018.)

X. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. L. (2014) «Movimento Guaicurú de cultura e o índio ou uma visão romântica do passado sul-mato-grossense». In: ALVES, G. L. *Arte, artesanato e desenvolvimento regional: temas sul-mato-grossenses*. Campo Grande: MS: Editora UFMS, pp. 9-43.
- BARTHES, R. (1985) *Mitologias*. 6ª ed. São Paulo: Difel.
- BURKE, P. (2004) «Iconografia e iconologia; Além da iconografia?; A história cultural das imagens.» In: BURKE, P. *Testemunha ocular: história e imagens*. Bauru, SP: EDUSC, p. 43-56; 213-238.
- CATANANTE, B. R. (2008) *A política educacional em Mato Grosso do Sul (1999 -2002): os mecanismos de participação*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- DEBRET, J. B. *Voyage Pittoresque et historique au Brésil*. Paris, Firmin Didot Frères – Libraires, 1834. Planche 18.
<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00624510>,
Acesso em 26/09/2017.
- FERREIRA, A. C. (2009) «Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicurú e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX.» En: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 52, n.º 1, p. 97-136.
- FREIRE, G. (2018) *Distinções eyiguayegui*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.
- HERBERTS, A. L. (1998) *Os Mbayá-Guaikurú: área, assentamento, subsistência e cultura material*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS.
- HILBERT, K. (2010) «Como as pessoas e as coisas se fazem entender». In: AGUIAR, R. L. Simas de; OLIVEIRA, J. E de; PEREIRA, L. M. (Orgs). *Arqueologia, etnologia e etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia, antropologia em aplicação*. Dourados, MS: Editora da UFGD, pp.11-39.

- LE GOFF, J. (1996) «Documento/Monumento». In: LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Ed. Da UNICAMP. pp. 535-549.
- MENESES, U. T. (2003) «Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares». En: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas, v. 23, n. 45, jul. pp. 11-36.
- MÜLLER, A. M. (2015) «O jornal como fonte de pesquisa histórica e antropológica: entre o monologismo e a polifonia». En: *Biblios – Revista da Faculdade de Letras de Coimbra*. N.º 1, 3ª série. pp. 269-286.
- PECHINCHA, M. T. S. (1984) *Histórias de admirar: mito, rito e história Kadivéu*. 1984. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Brasília: Universidade de Brasília (UnB).
- PETSCHLIES, E. (2013) «Os Guaikuru e seus outros: esboço sobre relações políticas». En: *História Social*, n.º 25.
- TODA, E. Sh. (2013) *A arte sacra de Cláudio Pasto na basílica de aparecia e sua contemporaneidade: história, cultura e leitura de suas obras*. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura), São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- WEBER, A. (2007) «Diálogo entre a história e a antropologia: os Mbayá-Guaicuru. Ciências Sociais Aplicadas» En: *Revista*. v.º 7, n.º 12, 1º sem. pp. 51-67.